

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e acionistas da

NORTE BUSS TRANSPORTES S.A.

CNPJ: 21.692.479/0001-44

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **NORTE BUSS TRANSPORTES S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **NORTE BUSS TRANSPORTES S.A.**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

O valor a receber da empresa Transcooper, mencionada em nota explicativa nº 6 (dentro da conta de adiantamentos a terceiros), será amortizado através da formalização de imóvel que está sendo reconhecido e o saldo remanescente, anualmente, através de provisão de perdas de crédito.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós examinados, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras emitido em 29 de abril de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Bebedouro-(SP), 24 de abril de 2025.

MARCELO
BOCK:85892432815

Assinado digitalmente por MARCELO
BOCK:85892432815
Localização: São Paulo
Data: 2025.04.25 15:15:38-03'00'

MB AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES.
MARCELO BOCK
CRC – 2SP 021390/O-7
CRC - 1SP 128.524/O-0



CNPJ: 21.692.479/0001-44

Demonstrações Contábeis

RF

2024

NORTE BUSS TRANSPORTES S/A.

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2024.

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações Contábeis	3
Demonstrações Contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Demonstração do Valor Adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e acionistas da

NORTE BUSS TRANSPORTES S.A.
CNPJ: 21.692.479/0001-44

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **NORTE BUSS TRANSPORTES S.A.** ("**Companhia**"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **NORTE BUSS TRANSPORTES S.A.**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

O valor a receber da empresa Transcooper, mencionada em nota explicativa nº 6 (dentro da conta de adiantamentos a terceiros), será amortizado através da formalização de imóvel que está sendo reconhecido e o saldo remanescente, anualmente, através de provisão de perdas de crédito.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nos examinados, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras emitido em 29 de abril de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso

relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Bebedouro-(SP), 24 de abril de 2025.

MARCELO
BOCK:85892432815

Assinado digitalmente por MARCELO
BOCK:85892432815
Localização: São Paulo
Data: 2025.04.25 15:15:07-03'00'

MB AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES.
MARCELO BOCK
CRC – 2SP 021390/O-7
CRC - 1SP 128.524/O-0



Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais – R\$)

ATIVO	Notas	2024	2023
CIRCULANTE			
DISPONÍVEL	4	886.431	2.570.255
CONTAS A RECEBER	5	13.706.484	31.300.103
OUTROS CRÉDITOS	6	78.113.002	39.976.548
ESTOQUES	7	5.046.221	6.156.249
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	8	493.986	270.593
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		98.246.123	80.273.749
NÃO CIRCULANTE			
DEPÓSITO E VALORES VINCULADOS	9	20.705	-
TRANSAÇÕES C/ PARTES REL.	10	58.820.282	67.738.349
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	11	1.510.535	1.875.430
IMOBILIZADO / BENS EM OPERAÇÃO	12	142.134.999	140.246.827
BENS IMÓVEIS		26.694.353	19.722.328
VEÍCULOS		324.992.711	312.416.942
OUTROS BENS DE APOIO		23.931.999	16.859.503
IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO		3.119.122	-
DEPRECIACÃO ACUMULADA	12	-236.603.185	-208.751.946
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		202.486.521	209.860.606
TOTAL DO ATIVO		300.732.644	290.134.355
PASSIVO			
CIRCULANTE			
CONTAS A PAGAR	13	5.525.167	-
VALORES A PAGAR	14	40.121.849	30.060.722
OBRIGAÇÕES FISCAIS	15	26.447.440	21.177.081
OBRIGAÇÕES TRAB. E PREVIDENCIÁRIAS	16	45.972.211	45.776.761
OBRIGAÇÕES POR EMPR. E FINANCIAMENTOS	17	25.605.260	33.735.283
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		143.671.927	130.749.846
NÃO CIRCULANTE			
VALORES A PAGAR	18	6.142.500	-
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	19	17.375.650	9.110.429
OUTRAS CONTAS A PAGAR	20	-	2.905.000
MUTUOS	21	2.485.000	-
PARCELAMENTOS FISCAIS E PREV	22	74.544.839	72.120.894
RISCOS FISCAIS E OUTROS PASSIVOS CONTINGENTES	23	9.668.902	13.040.332
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		110.216.891	97.176.654
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CAPITAL SOCIAL	24	225.000.000	225.000.000
RESERVA DE LUCROS	24	19.102	19.102
RESULTADOS ACUMULADOS	24	-187.815.855	-172.451.826
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	24	9.640.578	9.640.578
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		46.843.826	62.207.854
TOTAL DO PASSIVO		300.732.644	290.134.355

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais – R\$)

	NOTAS	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL			
RECEITA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO		660.585.924	627.556.564
OUTRAS RECEITAS		116.930	166.807
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		-9.647.805	-6.060.360
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	651.055.050	621.663.011
(-) CUSTOS	26	-555.845.842	-528.576.789
LUCRO BRUTO OPERACIONAL		95.209.208	93.086.222
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	27	-94.908.667	-115.313.549
ADMINISTRATIVAS		-75.131.022	-75.412.099
TRIBUTÁRIAS		-19.412.749	-35.763.298
PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA		-	-2.513.582
GANHOS/ PERDAS DE CAPITAL		-364.896	-1.624.570
PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DOS EFETOS FINANCEIROS		300.541	-22.227.327
EFETOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	28	-15.392.242	-11.820.028
DESPESAS FINANCEIRAS		-15.413.874	-11.841.090
RECEITAS FINANCEIRAS		21.632	21.062
PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DA PROVISÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		-15.091.701	-34.047.355
IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	30	-193.888	-
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	30	-78.440	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-15.364.029	-34.047.355

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de
2024 e 2023**

(Valores expressos em reais – R\$)

HISTÓRICO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A INTEGRALIZAR	RESERVA DE LUCROS	RESULTADOS ACUMULADOS	RESERVA AVAL. PATRI.	TOTAL
SALDO EM 31/12/2023	225.000.000	-	19.102	-172.451.826	9.640.578	62.207.854
DESTINAÇÃO DO LUCRO CONF. ATA						-
CAPITAL SOCIAL A INTEGRALIZAR						-
INTEGR.DE CAPITAL NO EXERCICIO						-
RECURSO P/ FUT AUMENTO DE CAP	-	-				-
CAPITAL SUBSCRITO EM TESOURARI	-					-
PREJUÍZO ACUMULADOS DO PERÍODO				-15.364.029		-15.364.029
SALDO EM 31/12/2024	225.000.000	-	19.102	-187.815.855	9.640.578	46.843.826

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em reais – R\$)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2024	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO/PERÍODO	-15.364.029	-34.047.355
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO ÀS DISPON GERADAS PELAS ATIV. OPERACIONAIS		
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	33.871.127	35.239.307
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS		
(AUMENTO) REDUÇÃO EM CONTAS A RECEBER	-19.656.199	38.279.751
(AUMENTO) REDUÇÃO EM REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	8.897.362	32.318.568
AUMENTO (REDUÇÃO) EM FORNECEDORES	8.750.342	10.648.321
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CONTAS A PAGAR E PROVISÕES	17.800.146	-110.682.527
AUMENTO (REDUÇÃO) NO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-723.369	2.146.068
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS (APLICADAS NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	33.575.381 -	26.097.867
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
COMPRAS DE IMOBILIZADO	-36.742.456	-16.128.035
VENDA DE IMOBILIZADO	983.156	200.706
AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS CONTROLADAS/COLIGADAS	364.896	1.875.430
RECEBIMENTOS POR VENDAS DE ATIVOS PERMANENTES	-	-
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS (APLICADAS NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-35.394.404	-14.051.899
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	-	62.666.928
PAGAMENTO PGFN	-11.064.943	-23.208.830
FINANCIAMENTOS PAGOS	-58.217.615	-24.590.549
EMPRÉSTIMOS TOMADOS	69.417.756	27.713.600
DISPONIBILIDADES LÍQ GERADAS (APLICADAS NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	135.198	42.581.149
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	-1.683.825	2.431.383
NO INÍCIO DO PERÍODO	2.570.255	138.872
NO FINAL DO PERÍODO	886.431	2.570.255

Demonstrações dos Valores Adicionados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais – R\$)

DESCRIÇÃO	2024	2023
RECEITAS	651.055.050	621.663.011
RECEITA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	660.585.924	627.556.564
OUTRAS RECEITAS	116.930	166.807
ABATIMENTOS OU DESCONTOS INCONDICIONAIS	(9.647.805)	(6.060.360)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	307.037.805	273.762.593
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	226.629.712	194.099.574
SERVIÇOS DE TERCEIROS (CONSULTORIA, INFORMÁTICA, FRETES, ETC.)	16.989.153	11.779.270
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	48.005.066	56.042.659
DESPESAS FINANCEIRAS	15.413.874	11.841.090
VALOR ADICIONADO BRUTO	344.017.245	347.900.418
RETENÇÕES		
DEPRECIAÇÃO	33.871.127	35.239.307
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	310.146.118	312.661.111
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(343.263)	(1.603.508)
OUTRAS RECEITAS FINANCEIRAS	21.632	21.062
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(364.896)	(1.624.570)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	309.802.854	311.057.603
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
PESSOAL E ENCARGOS	244.048.565	234.182.090
REMUNERAÇÃO DIRETA	172.563.844	166.803.952
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS	17.246.784	14.443.762
BENEFÍCIOS	39.031.842	38.125.227
FGTS	15.206.094	14.809.149
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	21.153.258	36.931.840
MUNICIPAIS	573.428	528.588
FEDERAIS	19.685.077	35.763.298
ESTADUAIS	894.753	639.954
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	59.965.060	73.991.028
SERVIÇOS PRESTADOS POR EIRELI's (PRODUÇÃO DAS LINHAS)	51.436.071	65.176.901
ALUGUÉIS	8.528.990	8.814.127
REMUNERAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIOS	15.364.029	34.047.355
PREJUÍZOS DOS PERÍODOS	15.364.029	34.047.355
TOTAL DISTRIBUÍDO	309.802.854	311.057.303

NORTE BUSS TRANSPORTES - S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em reais – R\$)

1. OBJETIVOS SOCIAIS

A NORTE BUSS TRANSPORTES S.A., fundada em 16 de janeiro de 2015, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana; o transporte rodoviário urbano coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal; a prestação e exploração do serviço de transporte coletivo público de passageiros, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, envolvendo inclusive: (a) Operação da frota de veículos, incluindo a dos serviços complementares; (b) Administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; (c) Programação da operação; (d) Controle da operação; (e) Operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; (f) Operação dos terminais de integração e estações de transferência.

Para consecução dos seus objetivos, a NORTE BUSS TRANSPORTES S.A. firmou junto à Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Transportes, delegação, via licitação, a prestação e exploração do serviço coletivo público de passageiros, na cidade de São Paulo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade.

b) Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.

A Sociedade reconhece as receitas quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fluirão.

c) Ativos circulantes e não circulantes

Disponível – caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se aos numerários em espécie, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em três meses ou menos, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos até a data do balanço, sendo considerado insignificante o risco de mudança do valor.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de serviços.

Segunda análise da Alta Administração, não foi realizado ajuste a valor presente nos valores a receber de curto prazo. Não foi constituída a provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois não existe matéria para tal provisão.

Outros Créditos

A composição dos Adiantamentos a Terceiros consiste em adiantamentos a fornecedores e prestadores de serviços ligados diretamente à operação, remissão direta são valores que a empresa pagou de despesas dos sócios e posteriormente será cobrado de cada sócio através da compensação dos pagamentos de remissão e adiantamentos a Transcooper, pelos pagamentos de várias obrigações e compromissos.

Os Adiantamentos a Funcionários estão representados por um saldo de adiantamento de férias consiste no pagamento antecipado, por parte da empresa, da remuneração devida ao empregado durante o período de férias.

Impostos e Contribuições a recuperar consistem em valores de IRPJ e CSLL retidos sobre serviços tomados pagos a maior e IRRF sobre aplicações financeiras.

Também os valores de crédito superiores aos débitos que a empresa pagou em exercícios anteriores da folha de pagamento que estão em processo de PERDCOMP.

Valores de Créditos Vinculados

São valores do parcelamento da Dívida da Transcooper com a Procuradoria Geral da União, que a companhia assumiu, devido a absorção da cooperativa, entendendo o FISCO tratar-se de um grupo econômico.

Consta também na conta ANC mantidos para venda, os ônibus que foram tirados de uso, para serem vendidos.

Estoques

São compostos por peças, acessórios, partes relacionadas e diesel adquiridos para o uso e consumo, manutenção preventiva e periódica da nossa frota de ônibus.

Despesas pagas antecipadamente

Representam valores de seguros contratados pela companhia, que serão apropriados de acordo com as normas contábeis vigentes.

Depósitos de Resit. e valores vinculados

Os bloqueios judiciais são realizados pela instituição bancária através de ordem judicial quando o processo está em trânsito, posteriormente, após decisão judicial, o valor pode ser devolvido à empresa ou liberado ao reclamante, conforme decisão.

Transações com partes Relacionadas

São valores do parcelamento da Dívida da Transcooper com a Procuradoria Geral da União, que a companhia paga para posterior recebimento da Cooperativa, parte do Ativo Não Circulante.

Participações societárias

Valor de Investimento em outras Empresas, valorizada por Equivalência Patrimonial, no caso de controlada ou pelo custo de aquisição nos demais casos.

Ativo imobilizado

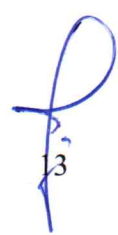
Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da sociedade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Subvenção governamental a apropriar

A empresa recebeu, no final de dezembro de 2024, subvenção para investimento no valor de R\$ 94.904.800,00 proveniente da Prefeitura Municipal de São Paulo, destinada a aquisição de 80% dos valores de 46 ônibus elétricos, sendo que os 20% restantes foram financiados diretamente pela Companhia através de financiamentos bancários.

Devido ao curto espaço de tempo, e a falta de documentação própria sobre o processo, por parte da prefeitura, ainda está sendo definido pela SPTrans e o comitê das demais Empresas envolvidas nestas transações a forma correta de contabilização desta subvenção, que será finalizado em 2025.


13

Imobilizações em andamento

São provenientes das obras de instalações dos Ônibus elétricos, como Centrais elétricas de transformadores e centros de abastecimento (carregadores) de baterias.

Redução do valor recuperável de ativos (Impairment)

O pronunciamento do CPC 27 requer que os ativos não financeiros sujeitos a depreciação ou amortização sejam revisados anualmente para a verificação do valor recuperável e, quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo deve ser testado. Se verificada a perda, a mesma deve ser reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. A administração da empresa efetuou a avaliação para os bens integrantes do ativo imobilizado, e como o principal bem são veículos, e entendeu que não deve haver impactos decorrentes da aplicação da redução ao valor recuperável de ativos, porque esses bens tendem a se valorizar no mercado.

d) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Contas a pagar

Refere-se a valores de multas Resam parceladas, a serem lançadas como dedução das contas a receber nos próximos períodos.

Valores a Pagar

Os valores a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

Empréstimos / Financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido da instituição financeira, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo dos empréstimos de tal forma que, na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os financiamentos são em sua totalidade para aumento da frota, feitos pelos sócios em nome da Empresa.

Parcelamentos Fiscais e Previdenciários

Neste grupo temos o Parcelamento Simplificado G4, Parcelamento Ordinário RFB, Parcelamento Simplificado G1, G2 e G4 e o Parcelamento Ordinário da Procuradoria Geral da União proveniente de débitos tributários oriundos de empresas coligadas.

Riscos Fiscais e Outros Passivos Contingentes

As Contingências Judiciais estão sendo reconhecidas de acordo com os relatórios técnicos do setor Jurídico da Cia, respeitando o CPC 25.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Na preparação das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos, outras transações, e receitas e despesas dos períodos. A definição de julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela administração foi elaborada com utilização das melhores informações disponíveis nas referidas demonstrações, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos e a projeção de ambiente de negócios futuros, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os itens sujeitos a estimativas são: determinação de vida útil dos bens do ativo imobilizado para fins de depreciação, provisão para créditos de liquidação duvidosa entre outras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas, em períodos subsequentes, poderá resultar em valores divergentes dos registrados nessas informações devido as imprecisões inerentes ao processo de estimativa, bem como a eventuais novos fatos que venham a ocorrer. A empresa revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente de ativos e passivos é calculado, e somente registrado se considerado relevante em relação as demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a empresa concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza

e) Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações de fluxo de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto.

f) Demonstração dos Valores Adicionados

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

g) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Empresa Aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são validas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas não estejam vigentes.

As alterações do CPC 03 (R2), CPC 40 (R1), não impactaram as demonstrações financeiras da Empresa. A Empresa pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

h) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 26: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras, que introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.

O CPC 26 (R1) e as alterações nas outras normas só entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 26 (R1) será aplicado retrospectivamente.

O Empresa está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da empresa.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Banco do Brasil S/A. – C/C 20406-4	-	-
Banco do Brasil S/A – C/C 22406-5	-	-
Banco do Brasil S/A – C/C 41668-1	-	-
Banco do Brasil S/A – C/C 41849-8	-	-
Banco Caixa Econômica Federal – C/C 902625-7	-	143.166
Banco Caixa Econômica Federal – C/C 173-1	141.754	-
Banco Safra S/A C/C 582504-4	371	-
Banco Daycoval C/C 746392-0	444	177
Banco Daycoval C/C 609938-8	-	-
Banco Luso Brasileiro S.A – C/C 43534	-	-
Banco Luso Brasileiro S.A – C/C 91091	-	-
Banco BS2 C/C 24.996-3	-	-
Banco do Brasil S/A – RF CP 20406-4	412.887	1.439.605
Banco do Brasil S/A – RF CP 22406-5	2.465	116.894
Banco do Brasil S/A – RF CP 41668-1	322.053	728.200
Banco do Brasil S/A – RF CP 41849-8	1.592	141.445
Banco Safra S/A – Aplicação Automática	4.865	768
Total	886.431	2.570.255

Os valores registrados em disponibilidades referem-se aos numerários em espécie, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em três meses ou menos, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos até a data do balanço, sendo considerado insignificante o risco de mudança do valor.

5. Contas a Receber de Clientes

	31/12/2024	31/12/2023
SPTTrans	13.706.484	31.300.103
Total	13.706.484	31.300.103

O contas a receber é composto pelo saldo dos serviços de transporte coletivo prestados à SPTTrans e não recebidos dentro do mês da prestação, o prazo de recebimento gira em torno de 7 a 12 dias.

6. Outros Créditos

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a terceiros	57.846.328	23.435.380
Adiantamento a funcionários	421.545	638.328
Impostos a recuperar	5.069.782	5.068.777
Valores a créditos vinculados	14.775.348	10.834.063
Total	78.113.002	39.976.548

No grupo de outros créditos temos as contas de Adiantamento a Terceiros, que são compostas por adiantamentos a fornecedores e prestadores, temos as contas do grupo de adiantamento a funcionários que são provisionados conforme resumo de folha de pagamento, o grupo de impostos a recuperar que se refere a impostos pagos, que foram solicitados ao FISCO, através de processos de PERDCOMP, em andamento, a conta de valores de créditos vinculados, representa o parcelamento ordinário da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, devido a absorção das obrigações da Transcooper e ANC mantidos para venda, são os ônibus retirados de uso e destinados à venda.

7. Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Estoques	5.046.221	6.156.249
Total	5.046.221	6.156.249

São compostos por peças, acessórios, partes relacionadas e diesel adquiridos para o uso e consumo, manutenção preventiva e periódica da nossa frota de ônibus.

8. Despesas Pagas Antecipadamente

	31/12/2024	31/12/2023
Seguros gerais	493.986	270.593
Total	493.986	270.593

Os seguros são registrados e contabilizados pelo princípio da competência e de acordo com as suas apólices, refletindo assim os princípios contábeis praticados no Brasil.

9. Depósitos de Resit. e valores vinculados

	31/12/2024	31/12/2023
Bloqueios judiciais	20.705	-
Total	20.705	-

Os bloqueios judiciais são realizados pela instituição bancária através de ordem judicial quando o processo está em trânsito, posteriormente, após decisão judicial, o valor pode ser devolvido à empresa ou liberado ao reclamante, conforme decisão.

10. Transações com partes Relacionadas

	31/12/2024	31/12/2023
Transações com partes relacionadas (i)	58.820.282	67.738.349
Total	58.820.282	67.738.349

Valores a receber de empresas coligadas oriundos de débitos tributários assumidos pela companhia.

11. Participações Societárias

	31/12/2024	31/12/2023
Particip. Em Empresas Col./Controladas	1.510.535	1.875.430
Total	1.510.535	1.875.430

Esta conta registra os valores do investimento líquido em empresas coligadas.

12. Imobilizado

	31/12/2024		31/12/2023	
	Taxa de Deprec. Anual	Custo Corrigido	Depreciação acumulada	Saldo Líquido
Terrenos	0%	17.640.578	-	17.640.578
Instalações	10%	9.053.775	68.355	8.985.420
Veículos	20%	324.992.711	230.683.356	94.309.355
Máquinas e equipamentos	20%	2.846.217	1.828.372	1.017.845
Ferramentas duráveis	10%	1.072.982	988.149	84.833
Equipamento de proc. de dados	10%	14.844	-	14.844
Móveis e utensílios	20%	575.189	318.854	256.336
Bilhetagem eletrônica	10%	16.910.206	2.332.788	14.577.418
Equipamentos de comunicação	10%	2.458.943	333.270	2.125.673
Equipamentos de segurança	10%	53.617	50.043	3.574
Imobilizações em Andamento		3.119.122	-	3.119.122
Total		378.738.185	236.603.185	142.134.999

Movimentação do imobilizado

	31/12/2023					31/12/2024	
	Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Baixas	Depreciação	Líquido
Terrenos	17.640.578	-	-	-	-	-	17.640.578
Instalações	2.074.171	6.972.025	-	-	-	-60.775	8.985.420
Veículos	107.127.906	2.795.613	6.019.888	-7.003.044	-31.414.207	-	77.526.155
(-) Subvenção govern. a apropriar	-	111.688.000	-	-94.904.800	-	-	16.783.200
Máquinas e equipamentos	1.069.446	250.992	-	-	-	-302.592	1.017.845
Ferramentas duráveis	191.949	-	-	-	-	-107.116	84.834
Equipamento de proc. de dados	14.844	-	-	-	-	-	14.844
Móveis e utensílios	298.494	2.001	-	-	-	-44.160	256.335
Bilhetagem eletrônica	10.403.992	5.864.448	-	-	-	-1.691.021	14.577.419
Equipamentos de comunicação	1.416.511	955.056	-	-	-	-245.894	2.125.673
Equipamentos de segurança	8.936	-	-	-	-	-5.362	3.574
Imobilizações em Andamento	-	4.429.468	-	-	1.310.346	-	3.119.122
Total	140.246.827	132.957.602	6.019.888	-103.218.190	-33.871.128		142.134.999

Desde 2020, a Empresa Optou em fazer a Depreciação dos veículos, baseado no seu tempo de vida útil, através de laudos específicos, onde foi determinado novas taxas de depreciações. As diferenças entre a depreciação contábil e a depreciação fiscal estão sendo registradas no LALUR.

13. Contas a Pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a Pagar - SPTrans	5.525.167	-
Total	5.525.167	-

Esta conta registra o valor a pagar a SPTrans, referente a valores de multas Resam (Multas Administrativas da SPTrans contra a Nortebuss) parceladas, que serão descontadas mensalmente do valor de repasse da SPTRANS.

14. Valores a Pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	38.065.155	29.314.813
Outras contas a Pagar	78.650	75.000
Seguros a Pagar	279.193	248.784
Investimento Ponthall Transportes Rod.	528.851	422.125
Parcelamentos Acordos Judiciais	1.170.000	-
Total	40.121.849	30.060.722

Os fornecedores são compostos pelos nossos prestadores de serviços, fornecedores de peças, materiais e combustíveis ligados a operação ou não.

Outras contas a Pagar são relativos a Empréstimo recebido de sócio.

Seguros a pagar são os valores de prêmios de seguro da frota, cuja despesa está sendo reconhecida de acordo com a cobertura da apólice.

O investimento trata-se de saldo a pagar referente a compra das cotas da Empresa Ponthall Transportes Rodoviários Logística, Importação e Exportação Limitada.

15. Obrigações Fiscais

	31/12/2024	31/12/2023
Contr. Prev. s/ receita bruta a rec.	5.026.811	7.054.806
IRPJ a Recolher	193.888	-
CSLL a Recolher	78.440	-
Parcelamento PGFN	13.769.478	9.600.000
Parcelamento simplificado RFB G4	469.894	433.749
Parcelamento Ordinário RFB	1.069.678	1.069.678
Parcelamento simplificado RFB G1, G2 e G4	3.718.571	-
IRRF s/ folha a recolher	2.014.509	3.010.205
INSS s/ serv. tomados	330	275
PIS, COFINS e CSLL a recolher	55.351	6.569
ISS a recolher	50.491	1.799
Total	26.447.440	21.177.081

Os tributos a recolher são compostos pelo parcelamento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Parcelamento Simplificado RFB G4, Parcelamento Ordinário RFB, Parcelamento Simplificado G1, G2 e G4 e pelos saldos dos tributos mensais, que pelo regime de competência vencem no mês subsequente.

Os valores de IRRF, INSS s/ serv. Tomados, PIS, COFINS, CSLL e Contribuição Previdenciária, estão em atraso, e serão parcelados em 2025.

16. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

	31/12/2024	31/12/2023
Salário, Pró-Labore e gratif. a pagar	7.334.640	6.714.446
INSS a recolher	11.305.555	12.898.134
FGTS a recolher	4.474.991	2.608.041
Férias a pagar	22.504.626	22.913.549
13º salário a pagar	45.240	-
Rescisões a pagar	125.317	275.003
Empréstimo Consignado	-	100.729
Pensão alimentícia	181.844	266.858
Total	45.972.211	45.776.761

Os saldos acima referem – se a obrigações trabalhistas registradas pela folha de pagamento e provisão de férias acumulada.

O saldo de 13º salários a pagar é relativo a funcionários que estavam afastados em dezembro, sendo que os pagamentos destes saldos serão realizados no início do exercício de 2025.

17. Empréstimos e Financiamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Banco Luso Brasileiro S. A.	217.501	683.772
Banco Bonsucesso S. A.	186.010	838.738
Banco Volkswagen S.A.	3.418.892	3.912.617
Banco Mercedes Benz S.A.	1.659.948	1.940.784
Banco Moneo S.A.	775.779	1.741.640
Banco RCI Brasil S.A.	-	513.622
Qualinvest Adm de Consorcios	155.895	-
Banco Caruana S/A	158.095	-
Capital de Giro Banco Luso	14.480.166	12.092.474
Banco Daycoval S.A.	1.312.425	12.011.636
Financiamentos - Ônibus Elétrico	3.240.549	-
Total	25.605.260	33.735.283

18. Passivo Não Circulante – Valores a Pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamentos Acordos Judiciais	6.142.500	-
Total	6.142.500	-

Esta conta registra o parcelamento de Acordos Judiciais, ocorrido em abril de 2021, de dívida do consorcio (Norte Buss e Spencer) com a Empresa Patrimony, em relação a demandas de aluguéis do imóvel da G1. O valor da obrigação é o percentual que é de responsabilidade a Norte Buss.

19. Passivo Não Circulante - Empréstimos e Financiamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Banco Luso Brasileiro S.A.	471.252	497.996
Banco Bonsucesso S.A.	-	62.120
Banco Volkswagen S.A.	769.644	4.199.349
Qualinvest Adm de Consorcios	738.038	-
Banco Mercedes Benz S.A.	178.069	1.838.016
Banco Moneo S.A.	560.890	1.336.669
Banco Caruana S/A	382.064	-
Capital de Giro Banco Luso	-	33.047
Banco Daycoval S.A.	381.078	1.143.233
Financiamentos - Ônibus Elétrico	13.894.615	-
Total	17.375.650	9.110.429

Referem-se a financiamento da frota da companhia e capital de Giro, tendo seus valores alocados no circulante e no não circulante de acordo com o período do contrato.

20. Outras Contas a Pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Investimento Ponthall Transportes Rod.	-	2.905.000
Total	-	2.905.000

O investimento trata-se de saldo a pagar referente a compra das cotas da Empresa Ponthall Transportes Rodoviários Logística, Importação e Exportação Limitada, que em 2024, foi classificada para a conta de Mútuos.

21. Mútuos

	31/12/2024	31/12/2023
Investimento Ponthall Transportes Rod.	2.485.000	-
Total	2.485.000	-

22. Parcelamentos Fiscais e Previdenciários

	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamento Simplificado RFB G4	650.623	1.084.372
Parcelamento PGFN	58.820.282	67.738.349
Parcelamento Ordinário RFB	2.228.495	3.298.173
Parcelamento Simplificado RFB G1, G2 e G4	12.845.438	-
Total	74.544.839	72.120.894

Neste grupo encontra – se o Parcelamento Simplificado RFB G4, Parcelamento Ordinário RFB, Parcelamento Simplificado RFB G1, G2 e G4 e o parcelamento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

23. Riscos Fiscais e Outros Passivos Contingentes

	31/12/2024	31/12/2023
Causas Cíveis	7.463.239	7.336.131
Causas Trabalhistas	2.205.662	5.704.201
Total	9.668.902	13.040.332

As ações que envolvem a Norte Buss e que são consideradas pela assessoria jurídica de possível ou provável perda, estão resumidas no quadro abaixo:

Conforme relatório de advogados

Local	Cível/Trabalhista/Outras	Possível	Provável
G 1	Cível	23.011.843	5.011.843
G 2	Cível	13.275.748	2.451.396
G1, G2 e G4	Trabalhistas	1.240.654	2.205.662
	Tributária	-	-
	Outras	-	-
TOTAIS		37.528.246	9.668.902

As ações Cíveis em sua maioria são devidas a Acidentes de trânsito com os ônibus, tendo como vítimas, passageiros, pedestres e outros veículos.

As Ações trabalhistas, na maioria são referentes a processos reivindicando horas, extras, adicionais, reflexos, participações nos lucros, dentre outros.

24. Patrimônio Líquido

O Capital Social totalmente subscrito é de R\$ 225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de reais), representado por 1.020 (um mil e vinte), com valor nominal de R\$ 220.588,24 (duzentos e vinte mil, quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos) cada Ação, classificadas em Ações Ordinárias Nominativas, de Classe NB1 expedidas exclusivamente a sócios fundadores da COMPANHIA e Ações Ordinárias Nominativas de classe NB2 com base no presente Estatuto Social.

Patrimônio Líquido:

CONTAS	2024	2023
Capital	R\$ 225.000.000	R\$ 225.000.000
Reserva de lucros	R\$ 9.659.680	R\$ 9.659.680
Capital a Integralizar	-	-
Prejuízos Acumulados	-R\$ 187.815.855	-R\$ 172.451.826
TOTAL	R\$ 46.843.826	R\$ 62.207.854

25 – Receita Operacional Líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de Transporte de Passageiros	660.585.924	627.556.564
Outras Receitas	116.930	166.807
(-) Deduções da Receita bruta	-9.647.805	-6.060.360
Total	651.055.050	621.663.011

A Receita Operacional Líquida é composta pelos Serviços Prestados de Transporte de Passageiros à SPTrans, e as suas deduções são compostas por descontos e abatimentos incorridos e previstos em contrato.

Outras Receitas, valor referente a venda de sucatas, sendo: ferro, plástico e materiais que compõem as peças desgastadas e não podendo mais serem utilizadas nos ônibus.

26 – Custos

	31/12/2024	31/12/2023
(-) Custos	-555.845.842	-528.576.789
Total	-555.845.842	-528.576.789

Os Custos são compostos por custos com pessoal, custos com veículos, locação de bens, outros custos operacionais como serviços de consultoria, informática, fretes e carretos, e pelo custo com depreciação e amortização dos bens.

27 – Despesas Operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Administrativas	-75.131.022	-75.412.099
Tributárias	-19.412.749	-35.763.298
Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa	-	-2.513.582
Ganhos/Perdas de Capital	-364.896	-1.624.570
Total	-94.908.667	-115.313.549

Compõe as Despesas Operacionais, despesas administrativas, despesas com pessoal, locações, despesas com conservação e manutenção e despesas com materiais de escritório.

As despesas tributárias são compostas pela desoneração da folha de pagamento, parcelamento ordinário da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Provisão para créditos de liquidação duvidosa e os Ganhos e Perdas de Capital se referem a perda no Resultado de Equivalência patrimonial no investimento em sua Controlada.

28 – Receitas e Despesas Financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Financeiras	-15.413.874	-11.841.090
Receitas Financeiras	21.632	21.062
Total	-15.392.242	-11.820.028

As receitas financeiras são compostas por descontos obtidos e receitas de aplicações financeiras.

As despesas financeiras são compostas por juros de boletos pagos com atraso dos fornecedores e prestadores de serviço.

29 - Instrumentos financeiros e gestão de risco financeiro

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2024 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar.

Os principais instrumentos financeiros da Empresa estão representados por:

i) Caixa e equivalentes de caixa

Está representado ao valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

ii) Contas a receber e contas a pagar

Estão contabilizados pelos seus correspondentes valores contratuais, os quais equivalem ao valor de mercado.

Gerenciamento de risco

A Empresa possui a reconciliação do fluxo de caixa de forma a proporcionar um balanceamento entre os fluxos de caixa dos ativos e passivos.

29.1. Risco de capital

A política da Empresa é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor e de seus credores e do mercado, como também manter o desenvolvimento futuro do negócio.

29.2. Risco de crédito

Entendemos que a Empresa não possui, até a presente data risco de crédito, considerando que nosso único cliente é a SPTrans, através de licitação, com rígido sistema de arrecadação e repasse.

29.3. Risco de liquidez

Considerando as atividades da Empresa, a gestão do risco de liquidez implica em monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos. Esse risco decorre da inadequação do calendário de fluxos de caixa.

A Empresa vem monitorando continuamente o impacto dos recentes acontecimentos de mercado sobre a liquidez de suas posições e quando necessário altera suas diretrizes justificadamente.

A Empresa elabora análises de fluxo de caixa e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados.

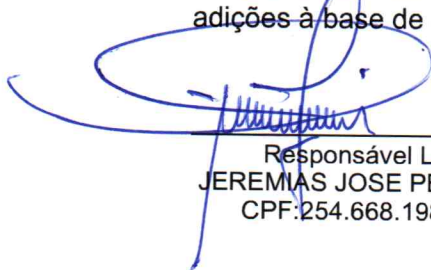
29.4. Risco operacional

O risco operacional é relevante para a manutenção dos negócios e visa evitar as perdas que possam surgir a partir de fraudes, atividades com erros, omissões, ineficácia no processo, falhas de sistema ou de eventos externos.

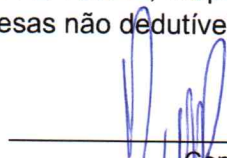
A diretoria operacional da Empresa é responsável por manter um nível aceitável de controle interno, adequado à escala e natureza das operações. São responsáveis também por identificar e avaliar riscos, e ainda desenhar controles para mitigação de possíveis riscos. A estrutura de gestão de risco operacional auxilia as áreas envolvidas a desempenharem essas responsabilidades, definindo uma metodologia padrão de avaliação de risco e fornecendo uma ferramenta para o relatório sistemático de dados de perda operacional.

30. Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL)

Em 2024, embora o resultado contábil da Companhia tenha sido negativo, o lucro tributável (apurado no LALUR) foi positivo. Consequentemente, foram reconhecidos IRPJ e CSLL nos montantes de R\$ 193.888 e R\$ 78.440, respectivamente, devido a adições à base de cálculo relacionadas a despesas não dedutíveis para fins fiscais.



Responsável Legal
JEREMIAS JOSE PEREIRA
CPF: 254.668.198-24



Contador
ROGERIO BARUCCI
CRC: 1SP168507/O-3
CPF: 057.081.828-14